



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER Nº 171/2024 - PROJUR

Parecer referente ao recurso administrativo interposto pela empresa GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa SEVEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, no Processo de Licitação nº 190/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 59/2024-PMS. Contratação nº 902292024.

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consulente do Setor de Licitações, através do despacho nº. 19 do Processo Administrativo nº 539/2024, solicita análise do recurso interposto pela empresa GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, e contrarrazões apresentada pela empresa SEVEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, no Processo de Licitação nº 190/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 59/2024-PMS. Contratação nº 902292024.

A presente licitação tem por objeto a “contratação de empresa para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, na função de vigilante desarmado, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. Local: Prefeitura Municipal de Schroeder - SC, Rua Marechal Castelo Branco nº 3201, Centro”.

A empresa GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA apresentou recurso requerendo a desclassificação da proposta apresentada pela recorrida alegando que “a proposta contém vícios que se ajustados, resultaria em valor da proposta acima do ofertado, tornando sua proposta inexequível”.

Fazendo os seguintes apontamentos em relação a proposta apresentada pela recorrida:

- ✓ o valor apresentado não contempla a rubrica referente ao descanso semanal remunerado (DSR) sobre as horas noturnas;
- ✓ negligenciou os valores referentes à incidência previdenciária sobre o montante da intrajornada;
- ✓ insumos com valores extremamente baixos;
- ✓ Provisão para Rescisão referente ao Aviso Prévio Trabalhado. Foi apresentada uma percentagem arbitrária de 0,16%, quando o valor correto deveria ser de 1,94%;
- ✓ inexequibilidade da proposta.

Em suas contrarrazões a recorrida pugna pela manutenção da decisão do Agente de Contratações a qual a declarou vencedora do certame.

É o breve relatório.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

2. DO PARECER

Inicialmente convém destacarmos que as normas que regulamentam os processos licitatórios devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, desde que não comprometam a isonomia e a finalidade do certame, o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

A recorrente alega que a recorrida apresentou proposta comercial com alguns vícios e que se fossem sanados esses vícios resultariam na inexecuibilidade da proposta.

Contudo, cabe ressaltar que a inexecuibilidade da proposta se trata de uma presunção relativa devendo a Administração Pública possibilitar que a licitante demonstre sua exequibilidade.

Nesse sentido temos a Súmula 262 do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/1993 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Desta forma, a Administração deve possibilitar que a recorrida demonstre a exequibilidade de sua proposta.

Em suas contrarrazões a recorrida informa que em relação aos insumos, estão devidamente previstos na planilha, ressaltando que os valores apresentados pela empresa são absolutamente compatíveis com os custos efetivos da operação. A empresa adota uma política de gestão estratégica de insumos, a qual contempla a aquisição antecipada e em larga escala de materiais necessários para a execução de seus serviços, garantindo, assim, preços mais competitivos e economicamente vantajosos.

Bem como, a observância das obrigações contratuais e normativas pertinentes, assegurando que os direitos dos trabalhadores são devidamente contemplados e respeitados.

Desta forma, em obediência ao princípio da legalidade, da economicidade, da celeridade, da igualdade, bem como os demais princípios correlatos sugere-se pela manutenção da decisão do pregoeiro em classificar a proposta comercial apresentada pela empresa **SEVEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, no presente processo licitatório.

Desta forma, sugere-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa **GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** e no mérito pelo seu indeferimento.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **GOLD SERVICE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu **INDEFERIMENTO**.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

É o parecer.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2024.

DIEGO AUGUSTO BAYER

Procurador Municipal
OAB/SC nº 28.822